

O DISCURSO DO JORNAL A TRIBUNA SOBRE A ELEIÇÃO E A CASSAÇÃO DE ESMERALDO TARQUÍNIO

MATHEUS DEGÁSPERI OJEA*

PROFA. ME. LÍDIA MARIA DE MELO**

RESUMO

Este artigo¹ analisa o discurso do jornal *A Tribuna* na cobertura sobre a eleição do advogado e então deputado estadual Esmeraldo Tarquínio para a Prefeitura de Santos, no ano de 1968. O Brasil vivia sob uma ditadura civil-militar, e Tarquínio foi cassado pelo regime antes de iniciar o mandato. Em consequência, a cidade de Santos, onde a oposição era forte, perdeu sua autonomia política por 15 anos. Tendo o embasamento teórico da Análise de Discurso da Escola Francesa, o estudo identifica tendências na produção da cobertura do jornal, que apoiava o regime ditatorial ao mesmo tempo em que defendia a autonomia do Município. Assim, são expostas as principais circunstâncias daquele pleito e a cobertura do jornal, em que se observa a influência dos dois discursos contraditórios na produção jornalística sobre Tarquínio.

PALAVRAS-CHAVE

Esmeraldo Tarquínio. Jornal *A Tribuna*. Ditadura civil-militar. Jornalismo. Imprensa.

INTRODUÇÃO

Em 1968, o Brasil vivia sob regime ditatorial desde o golpe de estado de 1964, que retirou do poder o então Presidente da República, João Goulart, com o apoio de parte da sociedade civil e do governo norte-americano. Na cidade de Santos, embora o movimento sindical tivesse sido desarticulado à força, em 1964, com a prisão de seus líderes, e a Prefeitura tivesse ficado sob o comando de um interventor nomeado pelos militares, após a cassação do prefeito eleito, José Gomes, em

* Bacharel em Jornalismo pela Universidade Católica de Santos, turma 2021, e do curso de Relações Internacionais (2016).

** Lídia Maria de Melo é Jornalista, Advogada e Professora e Orientadora do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Santos (UniSantos), Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Católica de Santos, Licenciada em Letras, com habilitação em Línguas Portuguesa e Inglesa e Literatura Brasileira. É também membro do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos e Vulnerabilidades", dedicando-se à pesquisa e à escrita sobre o tema ditadura militar no Brasil e em Santos. Autora do livro *Raul Soares, um navio tatuado em nós*.

junho do ano do golpe, a oposição ainda era bastante forte, em função do Porto, o mais importante da América Latina, e da eleição municipal realizada em 1965.

Nesse contexto, é que o então deputado estadual Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho foi indicado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que fazia a oposição consentida à ditadura civil-militar, para concorrer ao cargo de prefeito de Santos mais uma vez, já que havia conquistado a segunda colocação no pleito de 1965, vencido por Sílvio Fernandes Lopes.

O presente artigo analisa a cobertura do jornal *A Tribuna*, o mais relevante veículo impresso da região da Baixada Santista, sobre a campanha, a eleição e a cassação de Tarquínio, antes que ele pudesse assumir o cargo. Aborda também a consequente perda da autonomia política de Santos, que passou a ser governada por interventores nomeados pelo regime durante os 15 anos subsequentes.

Para tanto, foi necessária pesquisa, leitura e análise de todo o acervo do jornal *A Tribuna* referente ao ano de 1968 e ao começo de 1969. Algumas das reportagens do período receberam destaque, ou para o referencial analítico ou para a contextualização.

Com fundamento na Análise de Discurso da escola francesa, que, de modo sintético, pode-se dizer “que se ocupa das manifestações linguísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção” (KOCH, 2010), neste artigo objetiva-se trazer à baila como se deu o registro diário de um dos momentos mais importantes da história da cidade de Santos pelo seu maior veículo de comunicação impressa. Como toda a grande imprensa nacional, com exceção do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, *A Tribuna*, veículo fundado por Olímpio Lima em 26 de março de 1894, apoiou o golpe de Estado de 1964, no entanto, mantinha um posicionamento contrário à perda de autonomia da cidade, pautada pelo regime.

Essas duas vertentes do discurso do jornal santista influenciaram na construção das reportagens informativas, dos editoriais e dos artigos que foram publicados em suas edições sobre aquela eleição e posterior cassação política de Esmeraldo Tarquínio.

À parte esses aspectos, é preciso salientar que, nas citações de textos de *A Tribuna*, feitas neste artigo, foi mantida a grafia original da época, o que se evidencia, principalmente, na acentuação, que passou, posteriormente, em 1971 e em 2009, por duas reformas ortográficas.

1. ESMERALDO TARQUÍNIO E A DITADURA CIVIL-MILITAR

Único prefeito negro eleito em Santos até a data de redação deste artigo, o advogado Esmeraldo Tarquínio foi a maior expressão política de origem popular na cidade durante o Século XX (MOTTA, 2013, p. 9). Filho do jornalista Tarquínio de Campos e da professora de corte e costura e de piano Iracy de Moura Campos, Tarquínio nasceu em 12 de abril de 1927, na cidade de São Vicente. Foi em Santos, no entanto, que passou a maior parte da sua vida e construiu a sua carreira política.

Com a morte precoce do pai, em 19 de abril de 1934, Tarquínio começou a trabalhar cedo, com 8 anos de idade, inicialmente como aprendiz de marceneiro, tendo também sido contínuo de redação do *Jornal da Noite*, mensageiro, *office-boy*, vendedor de jornais e engraxate (MOTTA, 2013, p. 22 - 28). No ano de 1945, com 18 anos, entrou na política (MOTTA, 2013, p. 30), tendo o primeiro cargo eletivo em 1959: vereador em Santos.

Tarquínio era conhecido por suas campanhas, realizadas com pouca verba em comparação com seus adversários, em que percorria as ruas da cidade interagindo com munícipes.

Como vereador, foi ativo na Câmara, chegando a ser líder do governo do prefeito José Gomes (1961 - 1962; 1962- 1964), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Seu alto grau de participação foi uma constante também quando ocupou o cargo de deputado estadual, para o qual foi eleito em 1963. No período, protagonizou discussões de grande interesse na Baixada Santista, como as emancipações de Bertioiga e Praia Grande, então distritos de Santos e São Vicente, respectivamente, que entraram em pauta no ano de 1964. Nas discussões, Tarquínio denunciou interesses econômicos e imobiliários envolvidos na questão (MOTTA, 2013, p. 69, 70). Os dois então distritos não seriam emancipados naquele ano.

Em 1965, tentou pela primeira vez ser prefeito de Santos, em uma eleição marcada pela impugnação de sua candidatura pelo juiz Martim Ribeiro Francisco de Andrada, que acatou uma denúncia de comunismo. Tarquínio recorreu da decisão e obteve autorização para concorrer ao pleito, mas acabou perdendo, no voto, para Sílvio Fernandes Lopes.

Naquela altura, a ditadura civil-militar já governava o Brasil havia um ano, tendo se concretizado com um golpe de Estado no dia 1º de abril de 1964. Engendrado por elites sociais, setores do Exército e da Igreja Católica, pela imprensa e pelo governo norte-americano, o golpe civil-militar tirou João Goulart da Presidência da República, visando barrar seu plano de governo, que incluía as Reformas de Base, pacote de mudanças estruturais que o mandatário pretendia colocar em prática, entre elas, a reforma agrária (FAUSTO, 2006, p. 438 - 459).

Um dos elementos que possibilitaram a conquista de corações e mentes em prol da tomada de poder pelos militares foi o anticomunismo. Como explica Rodrigo Patto Sá Motta (2000, *online*), tratou-se de uma ferramenta de alienação, facilmente maleável para os seus articuladores. Qualquer tipo de opositor poderia ser apontado entre os comunistas, quer ele fosse um, ou não:

Também podemos enquadrar neste gênero de manipulação a prática de utilizar o rótulo comunista com “liberalidade”, aplicando-o a todos indivíduos com inclinações esquerdistas. Durante décadas esta manobra foi comum no Brasil, a tática de nomear como comunistas os anarquistas, os socialistas moderados, os trabalhistas, os nacionalistas radicais, os populistas de esquerda, a esquerda católica e, em determinadas conjunturas, até mesmo os liberais avançados. A aplicação indiscriminada da expressão comunista aos indivíduos pertencentes aos diversos matizes da esquerda, praticada de maneira mais frequente pelos anticomunistas conservadores e reacionários, tinha como objetivo desacreditar todo e qualquer processo de mudança social. Denunciando à sociedade como comunistas embaçados a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformadoras. Amedrontada pelas sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista”.⁹(Motta, 2000, *online*)

Em alta no contexto da Guerra Fria (1947-1991), a propaganda anticomunista sempre encontrou terreno fértil no Brasil, sendo utilizada até os dias de hoje, três décadas após o fim da disputa geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética e a dissolução do bloco de países soviéticos. No período que precedeu o início do Estado Novo (1937-1946), regime ditatorial anterior ao civil-militar, militares brasileiros forjaram um documento, denominado Plano Cohen, e atribuíram-no a uma suposta conspiração judaico-comunista, que teria a intenção de tomar o poder, então nas mãos de Getúlio Vargas. A farsa foi elemento crucial para legitimar a ditadura varguista junto à opinião pública (MEZZARROBA, 1992). O autor

do Plano Cohen, o capitão Olímpio Mourão Filho, também foi um dos comandantes do golpe civil-militar de 1964.

Antes de tornar-se presidente da República, o gaúcho João Goulart, que havia sido ministro do Trabalho (1953 a 1954) do segundo governo Vargas, vice-presidente de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e vice-presidente de Jânio Quadros (de janeiro a agosto de 1961), já tinha a imagem desgastada por seus opositores (MELO, 2017, *online*). Jango, como era conhecido, assumiu a Presidência após a renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961, mas não de maneira tranquila. No momento da renúncia, ele se encontrava na China, em uma missão de caráter comercial, e seu retorno foi dificultado:

Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia provisoriamente a presidência da República, os ministros militares de Jânio – general Odílio Denys, da guerra; brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica, e o almirante Silvio Heck, da Marinha – vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional. O grupo favorável ao impedimento não contava, porém, com a unanimidade da cúpula militar. No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército – general Machado Lopes – declarou seu apoio à posse de Goulart, abrindo o que se chamou de batalha da legalidade. A figura principal do movimento foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango. Brizola contribuiu para a organização do esquema militar em torno de Machado Lopes e promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Quando o ministro da Marinha anunciou o envio de uma força naval para o Sul, Brizola ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre afundando vários navios. (FAUSTO, 2006, p. 442, 443)

Jango foi empossado em um regime parlamentarista, tendo Tancredo Neves como primeiro ministro, medida tomada para acalmar os ânimos daqueles que queriam dar um golpe antes mesmo que ele assumisse o cargo. Em 8 de janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, a população permitiu que Jango pudesse governar o país sob o regime presidencialista. Apesar disso, uma ampla campanha de propaganda anticomunista contra o presidente arregimentou os golpistas, que, ao assumirem o poder, tornaram esse discurso dominante.

2. O DISCURSO DA DITADURA E O JORNAL A TRIBUNA

O linguista José Luiz Fiorin (1988, p.20), após analisar o discurso em voga no Brasil pouco antes e depois do golpe de Estado de 1964, que derrubou um governo democraticamente eleito e referendado pelo povo, elencou quais no seu ponto de vista, suas principais características. Ao listá-las, reconheceu que seu “estudo era fundado numa visão de mundo”, pois não admitia “a neutralidade científica”. Eis os pontos que se repetiam no discurso imposto à população (FIORIN, 1988, p. 20-21):

- a) O povo elegeu Goulart vice-presidente da República.
- b) Goulart tomou posse da Presidência na vacância do cargo por renúncia do seu titular.
- c) Goulart conduz o País para o caos (subversão política, estagnação econômica e corrupção).
- d) A imprensa informa o povo do verdadeiro sentido dos atos de Goulart.

- e) O povo, descontente com a situação, desqualifica Goulart e qualifica as Forças Armadas para dirigir o País.
- f) As forças armadas repõem o País no caminho da ordem e do desenvolvimento e acabam com a corrupção. O que as forças armadas fizeram foi uma revolução; não deram um golpe de estado.
- h) Há algumas dificuldades no presente, mas anuncia-se para o País uma época de grande prosperidade e tranquilidade em que o Brasil realizará o seu destino histórico de grande potência. Nesse tempo, todos os brasileiros colherão os frutos do desenvolvimento.
- i) Há alguns antipatriotas que pretendem contestar o regime.
- j) O que cada um deve fazer, dentro do sistema, é trabalhar para o engrandecimento do Brasil.
- l) As realizações da revolução em seu trabalho pelo crescimento do Brasil são X1 X2 X3 ... Xn.
- m) O conflito que se travou no Brasil está inserido na luta entre a democracia e o comunismo.

Essa versão dos fatos era reproduzida em grande parte da imprensa, inclusive no jornal *A Tribuna*, veículo estudado.

Fundado com o nome de *Tribuna do Povo*, o hoje jornal *A Tribuna* possui o maior alcance na região da Baixada Santista. No período pesquisado, não era diferente, apesar de, a partir do ano de 1967 até o ano de 1987, ter sofrido concorrência do jornal *Cidade de Santos*, do grupo *Folha da Manhã*, *A Tribuna* ainda assim possuía a maior tiragem.

Em entrevista (CONDE, 2021), o jornalista Carlos Conde, que foi editor executivo de *A Tribuna* entre os anos de 1966 e 1968, e editor-chefe, de 2009 até 2014, afirmou que o jornal se caracterizava, na época, como ainda ocorre atualmente, por manter uma linha editorial conservadora.

Como já dito, para analisarmos o discurso do jornal, utilizamos o referencial teórico da Análise de Discurso da Escola Francesa, teoria contemporânea ao período estudado, do qual um dos principais expoentes é Michel Pêcheux, autor de *Análise Automática do Discurso* (1978), marco referencial da escola.

Pêcheux (1978), escrevendo em um momento de efervescência política e social na França e no mundo, propõe uma teoria que tem como objetivo identificar sentidos no discurso. Para isso, ele abre o escopo da análise para abarcar elementos não só linguísticos, como também da psicanálise, através das teorias voltadas a compreender o sujeito, o “eu”, e de uma concepção marxista de ideologia. (OJEA, 2021, p. 63, 64)

Portanto, a Análise de Discurso utiliza-se de elementos além dos textuais para abarcar a criação dos sentidos do que é enunciado. As condições de produção, a vivência do autor e o enunciatário também são aspectos levados em consideração. Para Eni Orlandi (1999), o discurso reproduz ideologias:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque

deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. (ORLANDI, 1999, p. 63)

No caso do jornal *A Tribuna*, o discurso da ditadura pode ser identificado tanto no seu conteúdo opinativo quanto no interpretativo e no informativo.

No dia 3 de abril de 1964, por exemplo, o editorial *Preservemos o Império da Lei*, publicado na página 4 do jornal, deixa claro o alinhamento do veículo com os golpistas:

O restabelecimento da normalidade constitucional, com a fuga do ex-presidente João Goulart e a posse do sr. Ranieri Mazilli na suprema magistratura da Nação não deve embriagar numa euforia descontrolada os comandantes da esplêndida vitória alcançada pelas forças democráticas. (PRESERVEMOS, 1964, Cad.2, p.1) ,

Considerar o golpe de Estado como uma “vitória”, e ainda adjetivada como “esplêndida”, deixa evidente, no texto que expressa a linha editorial do veículo, qual é sua posição sobre o governo estabelecido à força. Além disso, o texto traz diversas distorções:

Primeiramente, o País não passava por um restabelecimento da normalidade constitucional, pelo contrário, o que ocorria era um rompimento com a constituição vigente. O sentido da palavra “fuga” empregada no texto dá a entender que João Goulart havia fugido do País, porém, ele se encontrava em território nacional quando a Presidência foi declarada vaga.

Por último, a “vitória” não foi alcançada por “forças democráticas”, e sim por forças que instaurariam uma ditadura no País. (OJEA, 2021, p. 55)

No entanto, o próprio jornal trazia elementos que tornavam possível o questionamento da versão da ditadura. Exemplo disso é a página 4 do jornal de 20 de outubro de 1968, em que o editorial e uma pequena nota informativa se contradizem. O editorial defende que existia liberdade de imprensa no Brasil:

Nos subúrbios do govêrno brasileiro têm surgido, vez por outra, algumas iniciativas de elementos radicais, cujo plano antidemocrático inclui sempre a quebra da liberdade de imprensa. Mas o presidente Costa e Silva tem sabido, com visão de estadista, negar atenção a idéias conspiratórias, que comprometeriam a nossa imagem no exterior. Até nos instantes de crise mais profunda a liberdade de imprensa do Brasil tem sido resguardada, como quer o jornalista Tom Harris. É por isso que pudemos mais uma vez comparecer de cabeça erguida à reunião da SIP e juntar nossa opinião às dos que não querem ver a liberdade domada sob julgo das ditaduras. (LIBERDADE. 1968,p.4)

Já a nota de um parágrafo, localizada dentro de uma sessão chamada *Síntese*, traz a notícia de que o jornalista e deputado Hermano Alves estava em vias de ser processado por ter publicado um texto crítico ao ditador Humberto Castello Branco em um “matutino carioca”. A informação demonstra os limites da suposta liberdade de expressão e, por consequência, de imprensa (SÍNTESE, 1968, Cad.1,p.4).

Em um primeiro momento, os acontecimentos, como prisões de opositores e cassações de mandatos, não eram ocultados dos leitores, porém, recebiam justificativas emolduradas pelo discurso ditatorial presente no jornal, o que significa que nem sempre eram verdadeiras. Os presos eram taxados de subversivos ou comunistas, as cassações seguiam o mesmo caminho. O discurso do jornal defendia que o regime agia sempre em reação à situação que havia sido supostamente colocada por seus antecessores. Ou seja, uma circunstância que, para

o discurso dominante, era marcada pelo fato de o país ter ficado “à beira do abismo” até o golpe militar, chamado de *revolução* pelo comando militar e seus apoiadores.

Por outro lado, o veículo também se posicionava contra a perda da autonomia de Santos, pauta da ditadura. Cidade portuária, Santos contava com uma classe trabalhadora organizada e com sindicatos de forte atuação, cuja relevância tinha reflexo não apenas na região, mas também na esfera nacional, o que tornou a cidade visada pelo regime (MELO, 1995). Ainda em 1964, no dia 23 de abril, atracou no Porto de Santos o navio-prisão *Raul Soares* onde foram encarcerados opositores do regime, que sofriam tortura física e psicológica (OLIVEIRA, 2013, p.45-58). Mesmo assim, *A Tribuna* chegou a fazer matérias repetindo o discurso militar, de que os presos eram muito bem tratados na embarcação (MELO, 2003, Cad.1, p.A4).

No dia 14 de junho do mesmo ano, o prefeito José Gomes, do mesmo partido de Jango (PTB), foi cassado e a linha de sucessão se quebrou, pois o nome do prefeito-interventor que assumiria já era indicado, o do capitão de fragata Fernando Hotala Ridel, que permaneceu no poder até a posse de Sílvio Fernandes Lopes, vencedor da eleição municipal de 1965 (MOTTA, 2013, p. 90).

Apesar de o povo ter ido às urnas em 1965, a ameaça de perda da autonomia de Santos era uma constante desde que a ditadura se concretizou, e permaneceu sendo até de fato acontecer, em 1969. Além da força da oposição no município, havia ainda um retrospecto histórico: a cidade já havia tido a autonomia cassada durante o Estado Novo, e mesmo com o fim do regime, só a retomou durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 - 1954). A justificativa da ditadura para pautar a cassação era o Porto de Santos, que, por ser um local de interesse nacional, justificaria que a cidade fosse considerada Área de Segurança Nacional, o que na prática tiraria o direito dos cidadãos de escolherem o seu representante.

O discurso d'*A Tribuna*, nesse ponto, é incongruente, visto que o jornal repudiava a ideia de que a autonomia da cidade fosse cassada. Exemplo disso é a página 6 da edição de 18 de fevereiro de 1968, uma das ocasiões em que os boatos de cassação ganhavam força. O veículo publicou uma página quase inteira apenas com declarações de figuras contrárias à perda da autonomia, entre elas, Tarquínio. (COVAS DIZ, 1968, Cad.1,p.6)

Portanto, os dois vieses conflitantes influenciaram na cobertura da eleição de 1968, em que Esmeraldo Tarquínio foi vencedor, e no destino político da cidade de Santos.

3. A ELEIÇÃO

O engenheiro Sílvio Fernandes Lopes venceu o pleito de 1965 em Santos, com 42.559 votos (45,2%), enquanto Tarquínio foi o segundo mais votado, com 34.496 votos (36,6%). Apesar da derrota, partidários e apoiadores de Tarquínio viram com bons olhos o resultado nas urnas, considerando a eleição conturbada, em que sua candidatura foi, em primeiro momento, indeferida e o candidato contou com apoio apenas do próprio grupo político, já que a campanha, como de praxe, devido aos padrões da época, não dispunha de muita verba (MOTTA, 2013, p. 98-99).

A partir desse momento, o nome de Tarquínio começou a ser cogitado para as eleições de 1968. Apesar disso, o pleito foi marcado pela indefinição de candidatos, principalmente por dois fatores. Um está relacionado à edição, em 1965, do Ato Institucional nº 2, que, entre outras coisas, extinguiu os partidos políticos vigentes. A partir de então, toda a política nacional se organizou em dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que concentrava aqueles alinhados ao regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era o partido da oposição. O segundo fator diz respeito às sublegendas, estabelecidas por lei em 1968. Para evitar a dissolução da Arena, que aglomerava políticos com vários pontos de

discordância, visto que concordar ou não com o regime não anulava outras divergências, a lei permitia que cada partido indicasse até três candidatos em uma eleição.

Essa lei também abria margem para que a eleição fosse vencida por um candidato que não necessariamente tivesse o maior número de votos no geral, uma vez que haveria a soma das indicações de cada partido, e, dentro do vencedor, o candidato mais votado assumiria. Não havia obrigatoriedade das duas legendas irem ao pleito com o mesmo número de candidatos, portanto, o partido com o maior número de postulantes levava vantagem.

No entanto, a lei só foi sancionada em junho de 1968, ou seja, quando o ano eleitoral já havia começado.

Além disso, apesar da intenção de Tarquínio de concorrer, havia dúvida sobre o candidato do MDB, partido em que o deputado ingressou. Isso porque, na época, o santista Mário Covas era deputado federal e líder da legenda na Câmara, sendo o maior nome da sigla e uma escolha plausível para a Prefeitura de Santos.

Covas só definiu que não seria candidato em agosto daquele ano. Antes disso, o jornal *A Tribuna* não escondia a preferência pelo seu nome dentro do MDB e sua vitória era dada como certa, caso se candidatasse.

Esse quadro só se modificaria no caso de uma profunda reviravolta, da qual o sr. Esmeraldo Tarquínio aparecesse na crista da onda e até o líder nacional do MDB viesse a apoiá-lo, retirando a própria candidatura.

Contudo, surge outro problema: até onde os demais postulantes a uma candidatura estariam dispostos a apoiar o sr. Tarquínio, seguindo o exemplo do sr. Covas? Não seria esse o início da luta interna no MDB? (MÁRIO, 1968, Cad.1,p.4)

Enquanto Covas era tratado como alguém que uniria o partido em uma candidatura única, o nome de Tarquínio era apontado como uma dúvida nesse quesito, apesar da sua popularidade. O candidato era visto como um possível desestabilizador do partido.

A possibilidade de uma candidatura única de Tarquínio também era condicionada por Covas:

O deputado Esmeraldo Tarquínio continua a preferir ser candidato único, e o será se tudo sair direito. Há mesmo muita gente que advoga essa candidatura única, acrescentando que seu sucesso partidário e depois o êxito eleitoral, dependem muito do deputado Mário Covas. Se o líder do MDB na Câmara Federal apoiar incondicionalmente Esmeraldo – dizem – desistiriam da empreitada os demais candidatos. (MELLO, 1968, cad. 2, p. 1)

Nesse período, o jornal publicou boatos sobre uma possível anulação da candidatura de Tarquínio:

Precisamos relatar a mais curiosa estória da sucessão em curso na cidade. Ela fala da impugnação e já se transformou na preferida de quantos tratam da sorte das eleições municipais de novembro.

Informa-se que círculos ligados ao deputado Esmeraldo Tarquínio temem agora a impugnação dessa candidatura e por isso não desejam a instituição de sublegendas.

A explicação para o temor é bem plausível. Em regime de sublegenda, a candidatura do deputado Esmeraldo Tarquínio poderia ser impugnada e depois cancelada, sem maiores escândalos, o que não aconteceria se fosse o único.

Como única, a cassação se transformaria em verdadeiro escândalo, devido à representação de Santos no cenário nacional. Acompanhada de outras, a reação seria muito menor, afinal ninguém poderia dizer que se negou à Oposição o direito de concorrer. Os próprios eleitores acabariam por concluir: “Afinal, o Governo ainda foi bonzinho! Vejam só – ainda deixou 2 (ou 1): que mais queriam?”.

Teme-se a impugnação da candidatura do deputado Esmeraldo Tarquínio com base no passado. De fato, anteriormente êle sofreu impugnação e a condição de candidato efetivo só lhe foi concedida depois de trabalho estafante.

Então perguntam: “Teria Esmeraldo hoje a sorte de ver cair na Justiça Eleitoral uma impugnação?” Há quem duvide. (A ESTÓRIA, 1968, cad. 1, p. 4)

No texto referido, além da naturalidade com que é tratada uma possível perda de autonomia na cidade, não é dada a Tarquínio a chance de se defender, e o que é reproduzido é um boato temeroso, que pode afastar eleitores do candidato. Além disso, o jornal imputa um interesse oculto do deputado pela não utilização das sublegendas.

Tarquínio foi, insistentemente, antes, durante e após as eleições, contra a utilização das sublegendas, rejeitando elas sempre que era perguntado sobre o assunto. Isso não é lembrado no texto.

Se, por um lado, o MDB tinha a situação indefinida, a escolha de Covas também pesava na Arena. O prefeito Silvio Fernandes Lopes, que se filiou ao partido do regime, chegou a declarar que o MDB venceria a eleição (LUTA, 1968, Cad. 1, p. 4). Havia, de antemão, o favoritismo da oposição no pleito, de modo que o partido situacionista também aguardava a escolha de Covas para decidir como iria ser representado.

No MDB, aqueles que seriam os candidatos já eram cotados desde o primeiro momento. Na Arena, o mais indicado era Antônio Feliciano, deputado estadual que já havia sido prefeito na cidade. O nome de Alfeu Brandão Praça, que foi de fato o candidato, só começou a ser ventilado pouco antes da convenção do partido.

As convenções partidárias, realizadas respectivamente nos dias 28 de setembro de 1968 (MDB) e 9 de outubro de 1968 (Arena), definiram os postulantes ao cargo. O MDB contou com três candidatos, contrariando o desejo de Tarquínio. Por escolha de Mário Covas, candidataram-se também Francisco Prado e Oswaldo Martins. Já a Arena foi com um candidato único, Alfeu Brandão Praça. Nesse cenário, Tarquínio era apontado como o favorito para vencer a disputa.

Após a definição do pleito, pela influência do seu discurso contra a cassação da autonomia da cidade, a cobertura do jornal *A Tribuna* adotou um tom em defesa da eleição, uma vez que as ameaças à escolha popular poderiam significar a perda da liberdade política.

Se anteriormente o jornal publicou um boato sobre a candidatura de Tarquínio, em uma outra ocasião, em que ele já era oficialmente candidato, o jornal comportou-se de maneira diferente para tratar de boatos:

Nestes dois últimos dias recrudesceram rumores sobre a perda da autonomia política de Santos. Como sempre acontece com os boatos, ninguém sabe precisar de onde provém. Muita gente evita tocar no assunto, preferindo desprezá-lo simplesmente, mas outros acham necessário rebater tais rumores, para que não produzam os resultados procurados pelos que os difundem.

No rol dos últimos temos o deputado Esmeraldo Tarquínio, que a respeito é incisivo: “Êsses rumores sobre nova investida contra a autonomia de Santos são produto da imaginação publicitária dos que pretendem enfraquecer a posição excelente do MDB junto ao eleitorado santista.”

E acrescenta, em tom dogmático, para salientar que não acredita que desses boatos resulte algo concreto:

“Em vão será a artimanha. Temos, afinal, a palavra do ministro da Justiça, professor Gama e Silva, dada a mim mesmo e ao País de que Santos não seria e não será minimizada com a perda da sua capacidade política.”

A seguir, o candidato da sublegenda 1 do MDB refuta outros comentários em curso na cidade sobre a possibilidade de, se ganhar, “não levar”, ou seja, de não tomar posse no caso de ser eleito. “Se, por exemplo, eu fôr eleito, tomarei posse; sim senhores! De nada adianta a intriga que já se esboça, visando a ameaçar-me e a desencorajar meus eleitores com um possível impedimento. Não tenham dúvida de que a honra do Governo respeitará o importante trinômio que se forma com autonomia, eleições e posse.” (ESMERALDO, 1968, cad. 1, p. 4)

O texto dava conta do que era falado nos círculos políticos da cidade, porém, logo refutava a boataria com falas do próprio Tarquínio. O jornal, a todo momento, destacava que as campanhas seguiam a normalidade e transcorriam sem maiores atritos, passando a ideia de uma cidade democrática e um processo cívico.

No dia 15 de novembro de 1968, data da eleição, a edição d’A *Tribuna* trouxe, em sua capa, três propagandas eleitorais que ocuparam mais espaço do que o conteúdo jornalístico. A maior, com fotos, ocupando em média de 5 colunas de largura e 40 centímetros de altura, era de Alfeu Brandão Praça; uma outra, no rodapé, em seis colunas, com 7,5 centímetros de altura, garantia a vitória de Francisco Prado; e uma terceira, mais modesta, com 3 colunas por 6,5 centímetros de altura, referia-se ao candidato a vereador Del Bosco Amaral, do MDB (A TRIBUNA, 1968, capa).

Não havia regras que impedissem a publicação de propaganda eleitoral na primeira página dos jornais na época. No entanto, no dia da eleição, foi a única ocasião em que algo do tipo ocorreu no período estudado. Apesar da publicidade não ser produzida pelo jornal, sua inserção foi aprovada, e era o destaque da primeira página, atualmente, também chamada de capa. Portanto, fazia parte do discurso e mostrava uma tendência.

É preciso destacar, porém, que o custo do espaço publicitário na primeira página, nos anos 1960, talvez fosse um impeditivo para o uso desse recurso com mais frequência e por outros candidatos, pois era considerado muito alto, para o anunciante comum, embora a década fosse classificada como revolucionária para a Publicidade (SILVA e LOPES, 2007).

Para se ter uma ideia mais atual do investimento, conforme tabela de preços de anúncios publicitários, o Grupo Folha cobra por um anúncio de 5 colunas por 40 cm, em dias úteis, em páginas internas nas edições de circulação nacional, R\$ 339.000,00. Aos domingos, sai a R\$ 424.000,00 (GRUPO FOLHA, 2022). O espaço da primeira página sempre foi muito mais caro para anúncio publicitário. Por esse aspecto, a questão econômica também poderia interferir no resultado das urnas. Observe-se bem que as publicações jornalísticas jamais são cobradas.

Pouco antes da vitória, Tarquínio ainda era eclipsado por Mário Covas, que recebia responsabilidade pelo sucesso das eleições, por ter feito o partido optar pelas sublegendas, como vemos no seguinte trecho:

Cabe destacar, por último, que essa vitória antecipadamente assegurada ao MDB é em boa parte creditada na conta política do líder Mário Covas por todos os observadores da cidade. Esses observadores entendem que o MDB não teria essa certeza de vitória se concorresse com apenas um candidato. Vão mais além, pondo a funcionar sua imaginação, e asseguraram que numa situação oposta o prefeito Silvio Fernandes Lopes – com 3 candidatos contra 1 do MDB – acabaria ganhando as eleições. Disso também se apercebeu em tempo, o líder Mário Covas, que não permitiu, ao garantir uma sublegenda para Francisco Prado, que o seu partido caminhasse para um suicídio político já então plenamente configurado. (A TRIBUNA, 1968, cad. 1, p. 4)

Ainda no dia da eleição, na última página de *A Tribuna*, a de número 32, um anúncio publicitário, de três colunas por 19 cm., assinado por Mário Covas conclamava a população da região a eleger candidatos da oposição. No rodapé, havia o mesmo anúncio de Francisco Prado, publicado na primeira página, garantindo sua vitória. Um outro, de três colunas por 12,5 cm, reunia as fotos de Del Bosco e Francisco Prado. A propaganda de Tarquínio se resumia a um texto publicitário, em forma de carta à população, medindo 3 colunas por 9,5 cm, relembrando de modo sintético a campanha, o programa e um agradecimento, com sua assinatura, sem foto.

Na página 5, onde havia um manifesto de apoio a Francisco Prado, com assinaturas de personalidades santistas, a imagem de Tarquínio aparecia em uma propaganda com foto do candidato a vereador Emanuel Leon, de duas colunas por 9,5 cm. Esse anúncio se repetia na página 13. Na página 9, o candidato a vereador Emílio Justo publicou anúncio de 1,5 coluna por 7 cm, com sua foto e o apoio a Tarquínio. Ao lado, havia um longo anúncio sem foto, de 1,5 coluna por 56 cm, reproduzindo a cédula eleitoral, com um xis no nome de Tarquínio, e abaixo a relação de candidatos a vereador pelo MDB. O título do anúncio indicava: “Esta é a cédula da vitória”. Recurso semelhante foi publicado na página 17, abertura do Caderno 2.

Tarquínio venceu o pleito com 45.210 votos, somando 39,8% dos votos válidos, Alfeu Brandão Praça recebeu 36.378 (32%), Francisco Prado teve 24.708 (21,7%), e Oswaldo Martins 7.372 (6,5%) (MOTTA, 2013, p. 132).

No jornal *A Tribuna*, a reação ao resultado da eleição foi de comemoração pelo pleito ter sido realizado. Isso, no entanto, estava diretamente ligado à questão da autonomia, elemento ora implícito, ora explícito na cobertura:

A um só tempo Santos defendeu e preservou sua autonomia, defendeu e preservou sua liberdade, defendeu e preservou a democracia. Terá afirmado, neste pleito, com os votos já apurados, mais um ensinamento à Pátria? Por certo que sim. (VOTO, 1968, cad. 1, p. 4)

E:

Não, salientemos desde já, por essa particularidade tão própria de Santos de ser uma espécie de bastião oposicionista, mas acima disso, e especialmente, por ter Santos afirmado e reafirmado sempre o seu caráter de cidade autonomista, isto é, com um espírito soberano de escolha. (VOTO, 1968, cad. 1, p. 4)

A preocupação sobre a possível perda da autonomia, por si só, demonstrava o risco que ela corria. Caso ele não existisse, não haveria necessidade de um discurso marcado por sua defesa por parte do jornal.

Entre a data da eleição e a da posse de Esmeraldo Tarquínio, em 15 de abril de 1969, o presidente-ditador, marechal Artur da Costa e Silva, assinou, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, o mais infame dos 17 atos que o regime impôs.

Os poderes atribuídos ao executivo pelo Ato Institucional Nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal/estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos, e reinstituição do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes, e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de habeas corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional Nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo. (ALVES, 1989, p. 131)

Mário Covas foi um dos cassados pelo ato e, em um sinal do que viria a acontecer com Tarquínio, seu nome começou a ser evitado nas páginas do jornal *A Tribuna*, sendo referido por termos como “um parlamentar da Baixada” (LISTÃO, 1969).

O jornal manteve seu apoio ao regime, justificando o AI-5 como ato de legítima defesa:

Nestas colunas defendemos sempre, intransigentemente, a Revolução de 31 de Março [...]. Foi revelada a situação de legítima defesa, que se configura afora no Ato n. 5. [...] Mas havia o perigo de enfraquecimento maior da Revolução de Março e foi a isso que o Governo atendeu a 13 do corrente, pondo de manifesto que não consentiria em maior desprestígio e esvaziamento das suas prerrogativas de poder revolucionário. (A CONTRA-REVOLUÇÃO, 1968)

Com o ato, se Tarquínio já sofria pressão em relação a sua posse, isso passou a ser intensificado, assim como os boatos de que não poderia assumir. O maior texto sobre ele, na cobertura estudada, diz respeito ao AI-5 e mais especificamente a atos complementares.

Tarquínio fez um pronunciamento à imprensa, elogiando esses atos complementares, o que rendeu o texto que lhe foi mais elogioso. A estranheza pelo fato de ele, que sempre manteve uma postura incisiva contra os abusos do regime, ter feito a declaração, não é comentada pelo texto:

O pronunciamento que o prefeito eleito Esmeraldo Tarquínio fez ontem a imprensa, aplaudindo as medidas contidas nos Atos Complementares resultantes do Ato Institucional n. 5 e de conteúdo econômico-sociais, repercutiram, perante os cronistas que as ouviram, como demonstração de maturidade política.

Eleito em memorável campanha pelo MDB, o sr. Esmeraldo Tarquínio mantém a coerência política, o que não o impede de aprovar as providências, venham de onde vierem, que coincidem com os princípios que vem defendendo ao longo de sua passagem pela vida pública.

Seu pronunciamento teve êsse sentido: “As medidas econômicosociais que os Atos Complementares ao Ato Institucional n. 5 estão assentando são exatamente aquelas pelas quais vimos pugnando há vários anos. De sorte que não tenho porque negar aplausos à execução dessas medidas: combate sem quartel à corrupção (sonegação de impostos, prevaricação funcional, transformação de cargos públicos em “bicos” públicos e tôdas essas coisas que nos infelicitam e nos desmoralizam como Nação organizada); modificação fundamental nas estruturas do País, de modo a ver todo o povo brasileiro participando do seu desenvolvimento; concretização da defesa da soberania nacional; responsabilidade em tôdas as acepções do termo. Só espero, para minha completa felicidade como cidadão brasileiro, que todos contribuam para a breve renormalização do nosso processo democrático”.

Da declaração fica evidente que ela concilia, com rara habilidade, o passado político do sr. Esmeraldo Tarquínio com os mandamentos contidos nos Atos Complementares consequentes do AI-5, não criando constrangimentos ao prefeito eleito e, por outro lado, situando-o como analista frio e compreensivo do difícil momento que vivemos.

O pronunciamento formulado pelo ex-integrante do MTR é o reconhecimento de uma situação de fato que prevalece, independente da vontade pessoal de cada um, e que tende a se corporificar logo num instrumento legal para evitar o impasse político do momento e incorporar as medidas de agora no leito do processo democrático. Não é outro o pensamento dos intérpretes e executores do Ato Institucional n. 5, prontos a restabelecerem o clima da normalidade legal após a “limpeza da área”, configurada no expurgo político que o Governo promove.

Maior ênfase dedica o sr. Esmeraldo Tarquínio ao trecho de sua fala que açoita a corrupção, que parece ser o alvo predileto das intenções que inspiraram o AI-5. Nesse particular, a posição do prefeito eleito é ainda mais cômoda: em sua atuação na Câmara Municipal e, depois, na Assembleia Legislativa, o sr. Tarquínio transferiu para sua vida pública a imagem de seriedade, de honestidade, de correção pessoal com que Santos se acostumou a vê-lo. No governo Ademar de Barros ele foi um dos parlamentares opositoristas mais assíduos na tribuna da Assembléia para combater a corrupção e defender os processos de seriedade administrativa que devem,

ao lado do planejamento, constituir-se na tônica de sua passagem pela Prefeitura de Santos.

Fora do bojo de seu pronunciamento e já agora passando a conversa com a reportagem política para o terreno informal, o sr. Esmeraldo Tarquínio diz que “o trabalho que vai erguer esta cidade”, dando a entender que a fórmula para ajudar a solução dos problemas locais é a mesma que construiu seu sucesso pessoal: o trabalho diuturno, contra tôdas as circunstâncias, mesmo as mais adversas. Sob êsse aspecto, o prefeito eleito fala da cátedra: êle é o menino modesto, de infância humilde, que se fez sozinho, unanimemente estimado pelo seu devotamento ao trabalho. (COMO CONCORDAR, 1969, cad. 1, p. 4)

Somente 45 anos depois, o caso foi elucidado pelo jornal, em reportagem de autoria do jornalista Rafael Motta, intitulada *Tarquínio: uma história americana*, que foi publicada no dia 24 de abril de 2014. A matéria conta com documentos da embaixada estadunidense acerca de Tarquínio. (MOTTA, 2014, Cad.A, p.5) Os documentos vieram à tona com a Comissão da Verdade realizada em Santos, que levou o nome Comissão da Verdade Prefeito Esmeraldo Tarquínio.

Em um dos documentos, é registrado que o então vereador paulistano João Carlos de Souza Meirelles, da Arena, em conversa com um interlocutor da embaixada, relatou que Tarquínio estava sofrendo pressão dos militares para dar declarações como aquela, sob risco de não assumir a Prefeitura.

Tarquínio foi cassado no dia 13 de março de 1969, recebeu a notícia no Clube XV, famosa agremiação social da cidade de Santos (CASSADO, 1969, capa; CASSADOS, 1969, capa). Quanto aos danos que a cassação trouxe para a sua vida pessoal, além da interrupção de uma carreira política promissora, o pior foi o estigma que atrapalhou sua atividade profissional. Segundo relato do filho do prefeito cassado, Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Neto, em entrevista (CAMPOS NETO, 2021), o pai foi preso diversas vezes, em períodos que coincidem com a troca de interventores do Município.

Tarquínio Neto também revelou ter sido vítima de sequestro, ação considerada como uma forma de atingir o pai, que, segundo ele, “contava os dias e as horas de quanto tempo durava até o final da perda dos direitos”.

Com a cassação, o nome de Tarquínio, antes muito presente no jornal, foi desaparecendo das páginas d’*A Tribuna*, assim como a defesa da autonomia da cidade, uma vez que essa foi cassada após a renúncia de Oswaldo Justo, vice-prefeito de Tarquínio, antes de sua posse.

Santos passou 15 anos sem poder eleger seu prefeito. A retomada da autonomia política ocorreu em 1983, mas a eleição foi realizada em 3 de junho de 1984. A vitória coube a Oswaldo Justo, vice de Esmeraldo Tarquínio em 1968. Na condição de vice-prefeito, foi eleito Esmeraldo Tarquínio Neto, de apenas 21 anos.

Esmeraldo Tarquínio recuperou os direitos políticos em 1979, após a Lei de Anistia, e lançou sua campanha para deputado estadual. No entanto, faleceu antes da eleição, em 10 de novembro de 1982, em consequência de um aneurisma. Seu velório aconteceu no ginásio do Santos Futebol Clube, time para o qual torcia, e o cortejo fúnebre seguiu, a pé, até o Cemitério do Paquetá. Segundo o jornal *A Tribuna*, havia gente o suficiente para eleger um deputado estadual (MILHARES DE PESSOAS, 1982, capa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o discurso do jornal *A Tribuna* durante a cobertura sobre Esmeraldo Tarquínio, é evidente que seu noticiário sofreu a influência dos seus vieses contraditórios: o pró-ditadura, regime que não era reconhecido como tal nem pelo veículo, nem pelo discurso dominante, engendrado pelos ditadores, e o contra a perda da autonomia de Santos, pautada pela ditadura.

Portanto, apesar de ter havido momentos em que o jornal desfavoreceu Tarquínio, como alguns que revisitamos neste artigo, havia também uma profunda preocupação com a realização do pleito, independentemente de seu resultado, pela manutenção do resquício de democracia que a ditadura ainda permitia a Santos.

Dentro do MDB, o jornal tinha uma clara preferência por Covas. Tarquínio aparece como uma figura mais arriscada, apesar de sua popularidade e influência na cidade.

Estudar a história do prefeito Esmeraldo Tarquínio é recuperar também parte da história política de Santos. Símbolo de resistência, Tarquínio era sempre associado à luta pela autonomia que a cidade travou constantemente naqueles anos de ditadura, tanto antes de seu acontecimento de fato, como durante. Conforme declarou, no velório de Tarquínio, o então deputado federal Del Bosco Amaral, o ex-prefeito cassado era “mais do que a própria bandeira da autonomia, ele era o pano dessa bandeira” (A TRIBUNA, 1982, s/p).

É vital não esquecer que, durante a ditadura, que ceifou centenas de vidas, torturou milhares de pessoas e foi responsável pelo desaparecimento de muitos cidadãos, os jornais, como *A Tribuna*, discutiam abertamente, entre outros temas, a possibilidade da cassação da autonomia de uma cidade, apenas porque havia chance de a oposição vencer, e que isso era chamado de democracia pela imprensa. Também não podemos cometer o erro de nos referirmos ao período como qualquer outro nome que não seja ditadura.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- FIORIN, J. L. *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988.
- KOCH, I. V. *A Interação pela linguagem*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MELO, L. M. de. *Raul Soares, um navio tatuado em nós*. São Paulo/Santos: Pioneira e Uniceb, 1995.
- MELO, L. M. de. Comissão Nacional da Verdade como Política Pública de Informação e Educação: o resgate de 21 anos de violações de direitos humanos. In: JUBILUT, L. L.; FRINHANI, F. de M. D; LOPES, R. de O. (Org.). *Direitos Humanos e Vulnerabilidade em Políticas Públicas*. Santos (SP): Leopoldianum, 2017, p. 67-93. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/wp-content/uploads/2018/01/DIREITOS-HUMANO-E-VULNERABILIDADE-EM-POLITICAS-PUBLICAS.pdf>> . Acesso em 20 fev.2022.
- MEZZAROBBA, O. Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. *Sequencia*, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 92 – 101, set. 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16143>>. Acesso em 27 ago.2021.
- MOTTA, R. *Tarquínio: Começar de novo*. Santos: Leopoldianum, 2013.
- MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964)*. Tese (Doutorado em história econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em <http://pensamiento.unal.edu.co/fileadmin/recursos/focos/comunicacion/docs/Di__a_2._O_se

gundo_grande_surto_anticomunista.1961-64.pdf> . Acesso em 08 fev. 2021.

OJEA, M. D. *Esmeraldo Tarquínio no jornal A Tribuna*: da eleição à cassação. Orientadora: Lídia Maria de Melo. 2021. 172 f. TCC (Graduação em Comunicação) - Curso de Jornalismo, Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

OLIVEIRA, M. de. Comissão da Verdade investiga navio prisão “Raul Soares”. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 54, p. 45 - 51, mai. 2013. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat05.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2021.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso*: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Hacia el análisis automático del discurso*. Madrid: Gredos, 1978.

SILVA, D. R. da; LOPES, J. de A. Publicidade no Brasil: novos caminhos, novas linguagens. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, v. 41, n. 1 e 2, p. 157-178, abr. e out. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/15627/14159/48036>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

JORNAIS

A CONTRA-REVOLUÇÃO. *A Tribuna*, Santos, 20 dez. 1968, cad.1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=91280>. Acesso em 16 nov. 2021.

A ESTÓRIA da impugnação. *A Tribuna*. Santos, 5 set. 1968, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&Pesq=%22&pagfis=83915>. Acesso em 7 nov. 2021.

A TRIBUNA. *Capa*. Santos, 15 nov. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=91774> Acesso em 13 out. 2021.

COVAS DIZ que o governo teme povo. *A Tribuna*, Santos, 18 fev. 1968, cad. 1, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=77674>. Acesso em 7 nov. 2021.

CASSADO Esmeraldo Tarquínio. *A Tribuna*, Santos, 14 mar. 1969, capa.

CASSADOS mais 96 políticos. *A Tribuna*, Santos, 14 mar. 1969, capa.

COMO concordar sem perder a coerência. *A Tribuna*, Santos, 11 jan. 1969, cad.1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=92741>. Acesso em 16 nov. 2021.

ESMERALDO acha que rumores são falsos. *A Tribuna*, Santos, 11 out. 1968, cad.1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=84854>. Acesso em 16 nov. 2021.

GRUPO FOLHA. *Tabela de preços – Publicidade*.online. 15 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://media.folha.uol.com.br/publicidade/2022/01/01/Tabela_GrupoFolha_Jan2022_v1.pdf > . Acesso em: 22 fev. 2022.

LIBERDADE de imprensa. *A Tribuna*, Santos, 20 out. 1968, p. 4 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=85330>. Acesso em 9 set. 2021.

LISTÃO é recebido sem comentários. *A Tribuna*, Santos, 18 jan. 1969, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=92953>. Acesso em 16 nov. 2021.

LUTA eleitoral está começando. *A Tribuna*. Santos, 6 jun. 1968, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_01&pagfis=81083>. Acesso em 7 nov. 2021.

MÁRIO, um nome para hipóteses. *A Tribuna*. Santos, 10 mai. 1968, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_01&pasta=ano%20196&pagfis=80239>. Acesso em 7 nov. 2021.

MELLO, A. C. de. Essa sucessão ainda está muito confusa. *A Tribuna*. Santos, 23 ago. 1968, cad. 2, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=83525>. Acesso em 7 nov. 2021.

MELO, L. M. de . Memória - Thomas Maack, médico e preso do Raul Soares. *A Tribuna*, Santos, 2 nov. 2003, cad. 1, p. A4.

MILHARES DE PESSOAS no enterro de Esmeraldo. *A Tribuna*. Santos, 11 nov. 1982, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_03&pasta=ano%20198&pesq=&pagfis=30043> Acesso em 13 out. 2021.

MOTTA, R. Esmeraldo Tarquínio: uma história americana. *A Tribuna*, Santos, 24 abr. 2014, cad. A, p. 5.

PRESERVEMOS o império da lei. *A Tribuna*, Santos, 3 abr. 1964, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=40033>. Acesso em 7 nov. 2021.

SÍNTESE. *A Tribuna*, Santos, 20 out. 1968, cad. 1, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=85330>. Acesso em 9 set. 2021.

VOTO e democracia. *A Tribuna*, Santos, 17 nov. 1968, cad.1, p. 4. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=84854>. Acesso em 16 nov. 2021.

ENTREVISTAS

CONDE, Carlos. Carlos Conde: entrevista [jul. 2021]. Entrevistador: Matheus Ojea Degásperi. Santos: UniSantos, 2021. A transcrição da entrevista encontra-se no Apêndice da monografia **Esmeraldo Tarquínio no jornal A Tribuna: da eleição à cassação**. OJEA, Matheus Degásperi. Orientadora: Lídia Maria de Melo. 2021. 172 f. TCC (Graduação em Jornalismo) - Curso de Comunicação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2021

CAMPOS NETO, Esmeraldo Soares Tarquínio de. Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Neto.: entrevista [set. 2021]. Entrevistador: Matheus Ojea Degásperi. Santos: UniSantos, 2021. 1 arquivo .mp3 (60 min). A íntegra encontra-se transcrita no Apêndice da monografia **Esmeraldo Tarquínio no jornal A Tribuna: da eleição à cassação**. OJEA, Matheus Degásperi. Orientadora: Lídia Maria de Melo. 2021. 172 f. TCC (Graduação em Jornalismo) - Curso de Comunicação, Universidade Católica de Santos, Santos, 2021

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, D. S. A ditadura civil-militar em Santos-SP, uma cidade combativa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. *Anais eletrônicos...* Recife: ANPUH - Brasil. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564604607_ARQUIVO_ArtigoDayaneSAraujo.pdf>. Acesso em 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, M. de.. “Por mim os senhores já estariam fuzilados”, disse o capitão a Hildebrando. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 54, p. 52 - 56, mai. 2013. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat05.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2021.

OLIVEIRA, M. de.. O navio ficou tatuado na história da cidade. *Revista ADUSP*, São Paulo, n. 54, p. 57 - 58, mai. 2013. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/54/mat05.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2021.

RENOVAÇÃO. *A Tribuna*, Santos, 18 nov. 1968, cad.1, p. 4. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=84854>. Acesso em 16 nov. 2021.

ABSTRACT

This paper analyzes the *A Tribuna* newspaper's coverage of the election of lawyer and then state representative Esmeraldo Tarquínio for mayor of Santos in the year 1968. Brazil was under a civil-military dictatorship, and Tarquínio had his term revoked before his inauguration. Consequently, Santos, a city in which the opposition had strenght, lost its political autonomy for 15 years. Having the French school of discourse analysis as a theoretical foundation, this study identifies biases in the coverage of the newspaper, which was a supporter of the dictatorial regime at the same time in which it defended the city's autonomy. In that way, the main circumstances of that election and the newspaper's coverage are exposed, as is the influence of these two contradictory discourses in the coverage concerning Tarquínio.

KEYWORDS

Esmeraldo Tarquínio. *A Tribuna* newspaper. Civil-military dictatorship. Journalism. Press.

NOTAS

- ¹ O artigo resulta de pesquisas desenvolvidas para a monografia *Esmeraldo Tarquínio no Jornal A Tribuna: da Eleição à Cassação*, apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, em 2021, por Matheus Degásperi Ojea e orientada pela Profa. Me. Lídia Maria de Melo.